HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS E QUANTO À CORREÇÃO MONETÁRIA DO VALOR PAGO EM FORMA DE SINAL, AFIRMANDO QUE "nada foi dito sobre a correção monetária desde o desembolso". AUSÊNCIA DOS VÍCIOS APONTADOS NO V. ACÓRDÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO QUE SE REJEITAM. Conclusões: POR UNANIMIDADE, REJEITARAM-SE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

id: 3163209

*** DGJUR - SECRETARIA DA 24ª CÂMARA CÍVEL ***

CONCLUSÕES DE ACÓRDÃO

001. APELAÇÃO 0043462-09.2017.8.19.0001 Assunto: Revisão / Pensão / Militar / DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Origem: CAPITAL 3 VARA FAZ PUBLICA Ação: 0043462-09.2017.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00687783 - APELANTE: ZELIA DE OLIVEIRA BRASIL ADVOGADO: WILSON ALBERTO PESTANA OAB/RJ-027813 APELADO: FUNDO UNICO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RIOPREVIDENCIA PROC. EST.: TÂNIA DE SOUSA ELIAS **Relator: DES. NILZA BITAR** Ementa: EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. RIOPREVIDÊNCIA. PENSÃO POR MORTE. POLICIAL MILITAR. PRETENSÃO DA VIÚVA, QUE RECEBIA PENSÃO ALIMENTÍCIA DO DE CUJUS, DE RECEBER A INTEGRALIDADE DA PENSÃO, EM DECORRÊNCIA DO ÓBITO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. MANUTENÇÃO DO JULGADO. Apelante que recebia pensão alimentícia, descontada dos vencimentos do policial militar, desde 2003. Falecimento do servidor em 2015. Alegações de que não ocorrera divórcio ou separação de fato ou de direito, e de que havia ingressado com ação de alimentos devido ao descontrole financeiro de seu esposo. Ausência de comprovação de que a apelante convivesse com o falecido ou que houvesse vínculo conjugal entre eles. Art. 373, I, do CPC. Acerto do decísum. Honorários majorados para 15% (quinze por cento) sobre o valor da causa, observada a gratuidade. DESPROVIMENTO DO RECURSO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

002. APELAÇÃO 0080173-81.2015.8.19.0001 Assunto: Concessão / Pensão / Servidor Público Civil / DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Origem: CAPITAL 3 VARA FAZ PUBLICA Ação: 0080173-81.2015.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00685501 - APELANTE: GILKA PORTO DA ROSA ADVOGADO: MARCOS TULIO FERREIRA SANTOS VIEIRA OAB/RJ-134513 APELADO: FUNDO UNICO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RIOPREVIDENCIA PROC. EST.: CARLOS EDISON DO RÊGO MONTEIRO FILHO **Relator: DES. ALCIDES DA FONSECA NETO** Ementa: REEXAME NECESSÁRIO. REVISÃO DE PENSÃO POR MORTE. BENEFICIÁRIA DE SERVIDOR FALECIDO ANTES DA EMENDA CONSTITUCIONAL 20/1998. DIREITO À PARIDADE E À INTEGRALIDADE. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. A autora pleiteou a revisão da sua pensão por morte, ao argumento de que o réu não teria aplicado os índices corretos de reajuste. Servidor instituidor da pensão que já era aposentado ao tempo das emendas constitucionais que modificaram o regime de paridade e integralidade ou que já preencheu os requisitos para a sua concessão. Direito adquirido. Prescrição quinquenal. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. Conclusões: POR UNANIMIDADE, MANTEVE-SE INTEGRALMENTE A SENTENÇA, EM REEXAME NECESSÁRIO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR

003. APELAÇÃO 0018827-84.2015.8.19.0210 Assunto: Planos de Saúde / Contratos de Consumo / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: LEOPOLDINA REGIONAL 2 VARA CIVEL Ação: 0018827-84.2015.8.19.0210 Protocolo: 3204/2018.00692222 - APTE: AMIL ASSISTENCIA MEDICA INTERNACIONAL S A ADVOGADO: CONRADO VAN ERVEN NETO OAB/RJ-066817 ADVOGADO: HENRIQUE FREIRE DE OLIVEIRA SOUZA OAB/RJ-056596 ADVOGADO: FABIOLA COSTA SERRANO OAB/RJ-154704 APDO: ARAKEN BAPTISTA DE MARTINO ADVOGADO: LEONARDO MATOS DA SILVA OAB/RJ-134806 **Relator: JDS. DES. MARCELO ALMEIDA DE MORAES MARINHO** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZATÓRIA. RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO. PLANO DE SAÚDE. AMIL. HOME CARE. NEGATIVA DE ACOMPANHAMENTO CONFORME A NECESSIDADE DO PACIENTE. Sentença de procedência, para condenar a ré: (a) a fornecer os seguintes serviços e equipamentos: fonoterapia, serviço de enfermagem 24h, medicações e alimentos prescritos pelos profissionais assistentes, cadeira higiênica, equipamentos que permitam o tratamento com o uso de oxigênio, fraldas geriátricas descartáveis, cama hospitalar, cadeira de rodas, nebulizador, além dos serviços constantes no Termo de Ciência; (b) ao pagamento de R\$20.000,00, a título de danos morais. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE RÉ. HOME CARE QUE HÁ DE SER AUTORIZADO, NA FORMA PRESCRITA PELO PERITO, A FIM DE ATENDER AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A GARANTIA FUNDAMENTAL DO DIREITO À SAÚDE. NÃO CABE AO PLANO DE SAÚDE CONTRARIAR INDICAÇÃO MÉDICA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO RECONHECIDA. DANO MORAL MANTIDO. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MAJORADA PARA 15% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

004. APELAÇÃO 0000034-55.2014.8.19.0203 Assunto: Indenização Por Dano Moral - Outros / Indenização por Dano Moral / Responsabilidade Civil / DIREITO CIVIL Origem: JACAREPAGUA REGIONAL 4 VARA CIVEL Ação: 0000034-55.2014.8.19.0203 Protocolo: 3204/2018.00692186 - APELANTE: IGOR FREDERICO VICENTE ADVOGADO: CLAUDIO SANTOS DA SILVA OAB/RJ-135869 ADVOGADO: ALEX LIMA REGO OAB/RJ-160873 APELADO: GROUPON SERVIÇOS DIGITAIS LTDA ADVOGADO: BRUNA DE PAIVA ARAÚJO OAB/RJ-175284 APELADO: PANIFICAÇÃO BAR RESTAURANTE E PIZZARIA YORK LTDA **Relator: JDS. DES. MARCELO ALMEIDA DE MORAES MARINHO** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ALEGA A PARTE AUTORA QUE ADQUIRIU NO SITE DA 1ª RÉ TRÊS CUPONS DE DESCONTO PARA SEREM UTILIZADOS NO ESTABELECIMENTO DA 2ª RÉ, NO VALOR DE R\$59,70, E QUE, NO DIA EM QUE FORA UTILIZAR OS CUPONS, DESCOBRIU QUE OS "VOUCHERS" ESTAVAM CANCELADOS. SALIENTOU QUE NÃO OBTVE QUALQUER EXPLICAÇÃO POR PARTE DAS EMPRESAS E QUE FOI OBRIGADO A SUPORTAR O PAGAMENTO DE UM NOVO RODÍZIO EM VALOR BEM MAIS ELEVADO DO QUE O PAGO ANTERIORMENTE, RESSALTANDO, AINDA, QUE NÃO OBTVE ÊXITO NA ESFERA ADMINISTRATIVA, NECESSITANDO DO PODER JUDICIÁRIO PARA DIRIMIR A CONTROVÉRSIA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS. CONDENAÇÃO DAS RÉS, SOLIDARIAMENTE, À DEVOLUÇÃO DO VALOR DESEMBOLSADO NO SITE E AO PAGAMENTO DE R\$3.000,00 (TRÊS MIL REAIS) A TÍTULO DE DANOS MORAIS. APELO AUTURAL REQUERENDO A MAJORAÇÃO DA INDENIZAÇÃO. QUANTUM ARBITRADO EM ATENÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE DA DEMANDA. SENTENÇA QUE SE MANTÉM. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.